

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta preocupação com o Decreto n. 1.357; reporta-se à liberação dos recursos federais para as obras de prevenção de cheias no vale do Itajaí.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta preocupação com o Decreto n. 1.357.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta preocupação com o Decreto n. 1.357.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se à questão das drogas; manifesta preocupação com o Decreto n. 1.357.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à educação no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta preocupação com a falta de médicos.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à situação precária das escolas estaduais; manifesta preocupação com relação ao decreto governamental que altera o ICMS.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à troca de DDD no município de Porto União.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários a respeito da segurança pública.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta preocupação com a situação precária das escolas estaduais.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se a recursos que serão aplicados na Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, meu cumprimento especial aos colegas parlamentares, ao público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, a todos os catarinenses. Eu venho à tribuna na tarde desta terça-feira, sr. presidente, para abordar rapidamente três assuntos de interesse para a sociedade catarinense.

(Passa a ler.)

"O primeiro assunto, e graças a Deus o governador voltou atrás em algumas ações, é sobre a segurança pública.

O segundo assunto, que também espero que o governador volte atrás, diz respeito ao decreto n. 1.357, que aumenta o ICMS em Santa Catarina. E por último, gostaria de abordar a liberação dos recursos federais para as obras de prevenção de cheias no vale do Itajaí.

Srs. deputados, em relação à segurança pública, como frisei anteriormente, finalmente o governador João Raimundo Colombo compreendeu que a bancada do Partido dos Trabalhadores vinha, insistentemente, cobrando ações urgentes sobre a necessidade, deputado Neodi Saretta, da vinda da Força Nacional para o estado de Santa Catarina.

Agora, sim, com ações estratégicas, com o apoio do governo federal em sintonia com as políticas catarinenses, temos as condições objetivas de enfrentar o crime organizado em nosso estado.

Graças a Deus que o governador voltou atrás e aceitou a ajuda do governo federal. E a pergunta, não apenas desta parlamentar, mas de todos os deputados que fazem parte da bancada do PT neste Parlamento e também de outros parlamentares é: Por que isso não aconteceu antes?

Mas ainda vivemos em estado de insegurança, porque não basta apenas isso, temos que investir em políticas públicas. Não queremos aqui aumentar o número de presidiários em nosso estado, queremos o tratamento à drogadição, a prevenção, políticas públicas as nossas crianças e adolescentes e também a ressocialização dos nossos presos para que eles voltem à sociedade melhor do que entraram em nossos presídios e penitenciárias.

Quero mais uma vez, srs. parlamentares, e espero que o governador também faça isso, diuturnamente, agradecer a firmeza e a postura republicana do nosso ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, e da nossa presidenta Dilma Rousseff, que sempre se colocaram à disposição do governo do estado de Santa Catarina no combate à calamidade pública da segurança em nosso estado.

O ministro, por duas vezes, esteve em nossa capital, na semana passada, dizendo que era importante essa estratégia, que era importante a Força Nacional estar aqui.

Havia dúvidas aqui por parte de alguns parlamentares que diziam: 'Mas quantos homens virão?' E a presidenta Dilma Rousseff e o ministro da Justiça diziam: 'Quantos forem necessários!'" E graças a Deus veio um grande número de agentes. E, se for necessário, virão mais, sim, e pelo tempo que for necessário vão ficar no estado de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Há muitos desafios pela frente. Eu espero também que o estado tenha aprendido com esse momento."

Apesar de todo esse esforço que devia ter acontecido quando aconteceram esses ataques já no ano passado, e que ocorreram novamente este ano - e essa noite mesmo, no município de Rio Negrinho, houve mais alguns ataques a ônibus e carros -, espero que o estado tenha aprendido com esse momento tão difícil que todos os catarinenses estão passando.

(Continua lendo.)

"É hora de mudar o rumo e investir de fato na segurança da nossa gente. Vamos acompanhar de perto essa realidade." Não estamos ainda seguros quanto a esse assunto.

O próximo assunto que irei abordar - e também espero a revogação desse decreto pelo governador Raimundo Colombo - é o Decreto n. 1.357, que o governador realizou no final do mês de janeiro - e que já entrou em vigor a partir do dia 1º de fevereiro -, que, na prática, srs. parlamentares, aumenta os impostos para as micro e pequenas empresas do estado de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Ainda nas primeiras sessões desta Casa apresentei uma indicação ao governador, aprovada por este Plenário, solicitando a revogação imediata do decreto."

E nós também, conforme foi decidido hoje na reunião da liderança do Partido dos Trabalhadores,

entraremos com um projeto de revogação desse decreto. E no dia de amanhã haverá uma audiência no auditório Antonieta de Barros, sendo que vários parlamentares irão participar para discutir com a Federação das Micro e Pequenas Empresas, as Câmaras de Dirigentes Lojistas e a sociedade organizada.

(Continua lendo.)

"O argumento do governador, quando apresentou esse decreto, foi de que esse aumento de ICMS vai incentivar que as empresas catarinenses façam a compra de matérias-primas no estado de Santa Catarina, fortalecendo a nossa economia.

Na verdade, o governo busca, nessa ação, aumentar as suas receitas. E vai buscar o aumento da receita cobrando mais dos que menos têm: dos micro e pequenos empresários." São os micro e pequenos empresários que vão pagar essa conta para o estado de Santa Catarina.

As micro e pequenas empresas têm um valor social extraordinário. Foi no estado de Santa Catarina que começou a organização das micro e pequenas empresas, para ser mais exata na minha cidade, no município de Blumenau, pela liderança de Pedro Cascaes Filho, que naquele momento entendia que precisava fazer a Associação dos Micro e Pequenos Empresários.

(Continua lendo.)

"São as micro e pequenas empresas que mais geram empregos e fortalecem a economia. Foi pela sua importância que ao longo dos últimos anos conquistaram a lei do Simples Nacional.

Pela importância do setor, o governo federal está prestes a criar o ministério das micro e pequenas empresas." Vejam a importância desse setor econômico para o nosso país.

Quero registrar aqui, srs. deputados, a minha contrariedade - e não somente minha, como também de toda bancada do Partido dos Trabalhadores e, tenho certeza, deputado Nilson Gonçalves, de outros parlamentares - ao Decreto n. 1.357. Inclusive, amanhã, a região de Joinville está organizada para vir a essa audiência pública, a bancada do Partido dos Trabalhadores também quer

aqui registrar a contrariedade ao Decreto n. 1.357 e o nosso apoio às Amps e entidades que estão na luta pela revogação desse infeliz decreto.

Aproveito também este momento, rapidamente, no tempo que me resta, para registrar com alegria a publicação no Diário Oficial da União, que é o meu terceiro assunto, da liberação, pelo governo federal, da presidente Dilma Rousseff, de recursos para a prevenção de enchentes e desastres naturais do vale do Itajaí.

O governador está, neste momento, na região do alto vale do Itajaí, juntamente com o nosso representante daquela região, deputado Jailson Lima, eis que foram liberados 350 milhões, via ministério da Integração Nacional, para o melhoramento do rio Taió, o melhoramento da calha do Rio e a construção de pontes, a construção da barragem do Rio Itajaí Mirim, no município de Botuverá, a implementação do sistema de monitoramento e alerta para as cheias, com a aquisição do radar meteorológico, a construção de quatro novas pequenas barragens nos rios acima do município de Rio do Sul.

Cabe agora ao governo do estado de Santa Catarina a elaboração dos projetos, a licitação das obras, e nós vamos cobrar celeridade, porque nós não podemos mais vivenciar os problemas das cheias na região do alto vale, do médio vale e da foz do Rio Itajaí.

É mais uma ação, srs. parlamentares, acertada da nossa presidenta Dilma Rousseff, que comprova o seu compromisso com a população catarinense, investindo em obras que são fundamentais para o meu município, Blumenau, e a população do vale do Itajaí.

Quero aqui deixar o nosso agradecimento ao governo federal, destacando mais uma vez esses três assuntos, srs. parlamentares, um com alegria, que são os recursos do governo federal, que estão sendo liberados para o governo do estado de Santa Catarina, para a prevenção de enchentes. Em segundo lugar, a segurança pública, com a mão estendida do governo da presidenta Dilma. Quanto ao terceiro assunto, então, é o Decreto n. 1.357,

que esperamos também que o governador do estado volte atrás, deputado Dirceu Dresch, como voltou na questão da Força Nacional, para revogar então o Decreto n. 1.357.

Sr. presidente, muito obrigada pela sua bondade, e concluo assim o meu discurso.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Acabei de cumprimentar a deputada Ana Paula Lima saindo da tribuna e dou sequência, inclusive, ao assunto de extrema importância que certamente entrará em ebulição no dia de amanhã.

Teremos um dia quente, amanhã, aqui nesta Casa. Vamos preparar os espíritos porque amanhã teremos muito calor, talvez a temperatura ambiente não seja esta, tudo por conta do Decreto n. 1.357, que a deputada acabou de citar aqui, que se tivesse vindo para a Casa para ser discutido, se não fosse um decreto, se fosse algum projeto de origem governamental, teria uma discussão bem mais profunda, e eu tenho as minhas dúvidas se passaria esse projeto pela Casa.

Deputada Ana Paula Lima, sou representante da região de Joinville e estou bem a par do momento que está iniciando lá, da mobilização que está acontecendo lá.

Há possibilidade de diversos ônibus virem para cá, no dia de amanhã, justamente para mostrar a todo o estado a insatisfação dos empresários que serão atingidos por esse decreto.

Para quem não tem conhecimento detalhado dele é simples: quem compra mercadoria fora do estado paga 12% de ICMS lá, e o nosso ICMS aqui é 17%, quando entra a mercadoria, agora pelo decreto, tem que pagar a diferença, tem que pagar mais 5%.

Neste primeiro momento, quem irá pagar essa diferença será o consumidor, porque o pequeno e o micro empresário não têm alternativa, até por orientação de seus contadores, uma vez que irão

jogar isso no preço final de seus mercadorias, o que vai trazer um problema sério.

Temos aqui uma nota de repúdio de 12 associações de classe e de 145 associações empresarias. Para quem não sabe, essas 145 associações empresarias representam pelo menos 27 mil empresas. E para quem não sabe mais ainda, temos no estado, segundo o Sebrae, cerca 334 mil pequenas e microempresas. Isso significa dizer que o decreto acabou atingindo um número bastante grande, abrangente, da própria economia catarinense.

Tentamos com o sr. Antonio Gavazzoni, secretário da Fazenda, um diálogo. Fomos muito bem recebidos, mas ele já deixou bem claro que não vai receber comitiva nem pressão. Ele receberá cinco, seis, sete, oito pessoas, no máximo, para conversar no seu gabinete. É um direito dele! É um direito dele!

Esses empresários estarão representados aqui no dia de amanhã. Lamentavelmente, sr. presidente, quero deixar adiantado, pois podem não me ver aqui amanhã, inclusive o próprio empresariado de Joinville poderá achar que o deputado Nilson Gonçalves fugiu da raia, mas, na verdade, o deputado Nilson Gonçalves quer deixar bem justificado que não vai estar aqui porque tem compromissos já assumidos fora daqui. E vou fazer a justificativa por escrito aqui.

Quero fazer também aqui a defesa do pequeno, do microempresário da minha região, entendendo que alguma coisa tem que ser feita especialmente na base do diálogo, da conversa, para se resolver essa situação. O que não pode é simplesmente o decreto acontecer no dia 29 de janeiro e no dia 1º de fevereiro todo mundo já tem que seguir a nova lei, ou seja, já recolher a diferença de ICMS. Isso de um dia para outro!

Ratificando: dia 29 de janeiro foi assinado o decreto e no dia 1º de fevereiro começou a vigorar. Não dá tempo! E muitos não conseguiram nem falar com o contador. Todas essas questões precisam ser discutidas, até porque quem orienta o

micro e pequeno empresário, aliás, todo o empresariado é o seu contador.

Então, teremos aqui, amanhã, uma forte manifestação ordeira, como sempre são as manifestação oriundas do norte do estado, mas mostrando sua força, até porque Joinville é a maior cidade de Santa Catarina, com o maior número de empresas do estado. Portanto, é de lá que vai partir a maior reação que se desencadeou no estado. Provavelmente teremos aqui empresários, microempresários de outros municípios do estado e será um dia bastante acalorado.

Quero que fique registrada também a opinião do ex-secretário da Fazenda, dr. Max Roberto Bornholdt, secretário no governo do eminente amigo Luiz Henrique da Silveira, que afirma que diversas questões legais do decreto podem ser discutidas no Judiciário, mas que esse passo deveria ser evitado e procurado o diálogo. E é o que se está fazendo. Vai-se procurar o diálogo, mas se não alcançar o diálogo, tenho certeza de que boa parte dessas empresas irão procurar o remédio para o problema, irão à Justiça para a solução desse problema.

Pelo lado do estado, temos a alegação do secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, de que implantou a Difa como uma reação à solução do Senado, que padronizou a alíquota do ICMS dos produtos importados em 4%. De acordo com ele, depois dela um produto importado passou a chegar a Santa Catarina 13% mais barato do que o produzido aqui, e os produtos dos outros estados também teriam vantagem. Por isso, houve a gritaria, a pressão das indústrias do estado e fez com que acontecesse esse decreto, mas com as indústrias de um lado e o empresariado da micro, pequena e média empresa do outro. Fica cada lado querendo defender seus interesses, mas o interesse maior é o estado.

Então, precisamos conversar, dialogar. Esperamos que, através de um bom entendimento, possamos ter uma mudança de alguma forma no Decreto n. 1.357, que venha ao encontro dos anseios de todos, especialmente dos médios, pequenos e microempresários de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, queremos registrar nesta tribuna a presença, hoje, ao meio-dia, na reunião da nossa bancada, do superintendente estadual no Ministério do Desenvolvimento Agrário, agrônomo Jurandir Gurgel, que nos trouxe várias informações importantes para Santa Catarina.

Temos aí principalmente a questão das máquinas - as motoniveladoras, as patrolas, as retroescavadeiras - para os municípios. Já na semana passada falei da importância desses 212 municípios que vão receber as retroescavadeiras. E mais 42 municípios foram selecionados para receber as patrolas.

Temos aí uma mudança significativa anunciada pelo Conselho Monetário Nacional no início deste ano, que trata das mudanças e das melhorias do crédito fundiário para a compra de terras dos agricultores e dos jovens agricultores, sendo que essa era uma das reclamações de nossos agricultores, porque os juros eram bastantes altos, em torno de 6%. E no antigo Banco da Terra, deputado Antônio Aguiar, isso inviabilizava o pagamento dessas terras por parte dos agricultores.

Então, agora, foi reduzido o juro, de 0,5% a 2% ao ano, com subsídios para a juventude na faixa etária de 18 a 29 anos comprar terras. Isso é um benefício. Portanto, mesmo com prazo de pagamento em 20 anos não vai pagar mais que o valor de R\$ 80 mil ao buscar esse recurso. Ainda tem o programa luz para todos, crédito para habitação, para colocar os nossos jovens na terra para poder constituir sua família e produzir alimentos em nosso estado. Temos em torno de 11 mil jovens, pessoas, famílias que têm acesso a terra nesses anos do Banco da Terra e do crédito fundiário.

Assim, será um grande de número de agricultores que serão beneficiados por essa política, mesmo que ainda tenha pagamento parcial

do antigo Banco da Terra, em que os juros eram altos, mas que agora podem renegociar sua dívida com juros reduzidos de até 2% ao ano. Portanto, são informações bastante importantes que o nosso superintendente estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário traz para nós.

Por último, também traz, além dessas informações, a questão do seguro da agricultura familiar que o crédito fundiário terá incluído. Assim o agricultor terá o seguro das suas prestações, se perder a safra. Além disso, outro tema é a bolsa estiagem, sendo que temos em torno de 400 famílias no estado que não retiraram esse recurso ainda e têm direito de recebê-lo - os agricultores que sofreram com a estiagem no ano passado.

Então, são informações importantes que vamos repassar e discutir junto com a nossa bancada, com os nossos municípios, agricultores e entidades, para todos poderem se beneficiar dessas políticas que o governo federal vem implantando em nosso estado e no Brasil.

Também, temos outro tema que o deputado Nilson Gonçalves e a deputada Ana Paula Lima já levantaram e debateram nesta tribuna. E não podemos deixar de nos somar a esse debate sobre o Decreto n. 1.357, de 2013.

Eu aqui presidi um fórum parlamentar, um grupo de trabalho para a implantação do Simples Nacional em nosso estado. Contribuímos muito com debates, sugestões, propostas para a sua construção, bem como a inclusão de novas categorias, a mudança de tabela, classificação das categorias no Simples Nacional e, agora, fomos surpreendidos com esse decreto que, com certeza, deputado Nilson Gonçalves, pode ser questionada juridicamente a sua validade.

Na época, muito se debatia para fazer mudanças aqui na legislação estadual, para criar aqui a lei das compras governamentais. Falava-se muito de que precisa autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária, constituído pelos secretários de Fazenda, Finanças ou Tributos de cada estado e Distrito Federal e pelo ministro de estado da

Fazenda - o Confaz. E, infelizmente, de uma hora para outra somos surpreendidos com um decreto estadual que vai contra todas as perspectivas do Simples Nacional e aumenta em 5% o ICMS para as nossas micro e pequenas empresas no caso das importações.

Temos clareza de que nós, srs. deputados e sras. deputadas, precisamos criar uma política de preservação e valorização da nossa indústria catarinense. Eu sempre defendo que a nossa indústria catarinense, a compra local, tem que ser valorizada. Fizemos isso muito forte nos debates e estamos fazendo na questão da alimentação escolar, a compra dentro do estado, a compra da agricultura familiar. Fortalecer a economia local é importante, mas desta forma, um decreto de uma hora para outra, sem discutir com as representações, com este Parlamento, vem forma totalmente impróprio.

Nós, inclusive, achamos estranho todo esse discurso do PSD, do antigo DEM, de não aumentar imposto de uma hora para outra, mas aumenta os impostos, principalmente para as nossas micro e pequenas empresas. Isso nos surpreende.

Amanhã vamos estar juntos nesta caminhada, vamos estar juntos nesta luta. Quando é para o bem das nossas micro e pequenas empresas estamos juntos, porque é quem gera muitos impostos, gera muito desenvolvimento, gera muito emprego no estado de Santa Catarina, contribuindo no desenvolvimento dos nossos municípios.

Então, sr. presidente, deixo registrado isso nesta tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença de nossas lideranças do município de Rio Negrinho, os srs. Altamiro Bueno de Almeida, Everton, Juca,

secretário do PT deste município, e do sr. Agostinho, o Dise, que é o presidente do nosso partido e secretário municipal da Habitação.

Agradeço a presença dos nossos companheiros que estão nos prestigiando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está feito o registro e que todos sejam bem-vindos a esta Casa. Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, também queremos fazer referência ao momento desta tarde na cidade de Rio do Sul, neste exato momento, porque cumprindo a agenda nesta Casa não tivemos a oportunidade de acompanhar o governador Raimundo Colombo quando faz o anúncio do projeto de prevenção às cheias no vale do Itajaí, com R\$ 1,5 bilhão de recursos, em parceria com o governo federal, numa perspectiva de prevenir e minimizar as cheias no vale e alto vale do Itajaí. De fato são 14 medidas em Itajaí.

Os nossos aplausos ao governador Raimundo Colombo que nesta tarde começa a dar as ordens de serviço para este projeto que é um projeto de médio a longo prazo, mas que diz respeito à economia e à segurança de todos nós catarinenses.

Participamos também na noite de ontem, sr. presidente, da audiência pública promovida na Associação Comercial e Industrial da cidade de Itajaí, no comando do deputado federal Pedro Uczai, comandante maior da Frente Parlamentar das Ferrovias, deputado Antônio Aguiar, no Congresso Nacional, reunindo tanto os deputados quanto os senadores.

O deputado Pedro Uczai tem uma vasta experiência teórica na área e agora está vivenciando esse debate em nível nacional. Ele presidiu a Frente Parlamentar de Santa Catarina no Legislativo catarinense e agora preside no Congresso Nacional.

Nós levantávamos nesta ocasião, deputado Antônio Aguiar, pelo menos duas questões.

Já estão aprovados no PAC 91 bilhões de reais, deputada Luciane Carminatti, que o governo federal

pretende investir nos próximos cinco anos em ferrovias no Brasil, principalmente a famosa ferrovia norte sul. E Santa Catarina não pode ficar de fora. Falarmos em ferrovia é falarmos em integração, é falar em meio ambiente, é falar, de fato, em desenvolvimento regional. E há um debate hoje nos estados do sul, em relação ao Paraná e Santa Catarina, quanto ao trajeto da ferrovia norte/sul.

A questão praticamente definida é a do traçado relacionado à ferrovia litorânea que vai passar de Paranaguá ao Porto de Itajaí indo até Criciúma. Mas temos outros dois trajetos, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é da região do planalto norte, para os quais precisamos olhar com muito carinho. Refiro-me ao trajeto que passa por Mafra e naturalmente se dirige ao Porto de São Francisco, podendo ir para Chapecó, a famosa Ferrovia do Frango, agora Ferrovia da Integração. São mais 120 quilômetros de Chapecó até São Miguel d'Oeste, se não estou equivocado. E aí temos a disputa entre o traçado que sairia de Chapecó, passando por Curitiba, e o traçado da antiga ferrovia, passando por Rio do Sul, Indaial, Blumenau até chegar ao Porto de Itajaí.

A nossa preocupação é no sentido de que estamos contra o tempo. Esse cronograma precisa ser definido até agosto do próximo ano, porque o projeto que não for aprovado até lá não vai mais fazer parte do projeto federal, desses R\$ 91 bilhões. E não podemos ficar de fora. E naturalmente que o governo federal não vai querer entrar nessa briga entre Paraná e Santa Catarina, em especial entre nós catarinenses, de qual será o melhor traçado.

Eu indagava ao deputado federal Pedro Uczai, ontem, quais são os critérios para se estabelecer esse traçado. Ele colocou de forma muito clara que são critérios técnicos, mas também de desenvolvimento regional. Existe toda uma proposta hoje de uma nova bitola para os trilhos. Então, não existe mais preocupação por onde o trilho passava ou não passava, onde havia as antigas ferrovias, mas necessariamente da perspectiva

futura daqui a cinco anos, dez anos, 15 anos ou 20 anos, ou seja, o que isso vai simbolizar para o Brasil.

Portanto, foi muito positivo o debate ontem na Associação Comercial de Itajaí, e vamos trazer esse debate para a capital, já estamos em conversação não só com os srs. deputados, mas também com os empresários, no sentido de se fazer um debate aqui, na Federação Catarinense, sobre a questão das ferrovias, para que possamos acelerar e como Parlamento dar também o nosso parecer e o encaminhamento necessário a essa questão no estado de Santa Catarina.

Eu gostaria sr. presidente, nos minutos que ainda me restam, de traçar um rápido comentário sobre as páginas amarelas da Revista *Veja*, a que certamente a maioria dos deputados teve acesso esta semana, sobre a entrevista do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Eu tenho algumas divergências com relação a algumas das suas proposições, mas naquilo que foi levantado na sua entrevista eu assino embaixo, presidente deputado Romildo Titon, em especial a atitude que ele tomou lançando no último mês de janeiro o projeto que prevê a internação compulsória de dependentes de *crack*.

É claro que isso provocou reação de vários grupos de oposição, de algumas organizações, que alegam que a questão da internação involuntária acaba desrespeitando os direitos individuais dos dependentes químicos, mas a resposta do governador foi muito inteligente. Ele diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"As críticas que recebemos se baseiam na ideia que não se deve fazer nada com os dependentes a não ser que procurem ajuda. Trata-se de uma atitude muito cômoda e prejudicial ao viciado e à sociedade. É a lógica perversa da omissão. É assim que o inoperante, o omisso, livra-se das críticas, e eu não me deixo paralisar pela lógica perversa da omissão."

Em outro momento da entrevista, quando é indagado que os seus críticos sustentam que a política de redução de danos seria mais adequada,

e aí há toda uma polêmica com relação aos CAPs, aos ambulatórios de rua, ele responde o seguinte:

(Continua lendo.)

"A política de redução de danos simplesmente não funciona com os viciados em *crack*".

E eu concordo com o governador Geraldo Alckmin, e ele diz mais:

(Continua lendo.)

"Os danos que essa droga provoca são devastadores. O tamanho e a intensidade do problema não permitem que esperemos mais."

Hoje, o *crack* é uma questão gravíssima de saúde pública e também de segurança. Em todas as capitais há, em 90% das cracolândias das cidades, viciados, em sua maioria jovens vindos de famílias mais pobres.

Nós acompanhamos o que aconteceu em Santa Catarina e boa parte dos atentados, seja de terrorismo ou de vandalismo, tiveram como proponentes usuários de *crack*.

Finalmente o governador é indagado na seguinte direção:

(Passa a ler.)

"Qual é a sua opinião sobre a descriminalização da maconha, bandeira do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso?"

Confesso que fiquei curioso para saber, sendo Geraldo Alckmin, podemos assim dizer, filho intelectual do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, deputado Neodi Saretta, a sua resposta. Ele disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"FHC é um grande homem, um grande político, um grande intelectual e revela um senso de atualidade ao abordar o tema. Mas, nesse particular, discordamos. Penso o contrário disso. Como podemos descriminalizar a maconha se nem conseguimos impedir que o álcool seja vendido a menores? Acho que a prioridade é outra. O Brasil tornou-se o principal consumidor de *crack* no mundo. E o segundo de cocaína. Isso é um descalabro." [sic]

Concordo e assina embaixo com Geraldo Alckmin.
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Romildo Titon, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, hoje vamos falar um pouquinho sobre educação no estado de Santa Catarina.

Foi realizada, ontem, pelo sr. governador do estado Raimundo Colombo e pelo governo do estado, através do secretário da Educação Eduardo Deschamps, uma explanação sobre o rumo da educação de nosso estado.

Em dez anos, Santa Catarina espera ter nível de primeiro mundo, fazer com que em uma década os índices de qualidade da educação de nosso estado atinjam números de países desenvolvidos. Essa é uma das metas do pacto da educação lançada pelo governo do estado.

Serão investidos R\$ 500 milhões nos próximos dois anos. Algumas medidas tiveram início ontem, com a assinatura de decretos e ordens de serviço.

Temos certeza de que o secretário da Educação explanou para todos a nova arrancada na educação, com prioridade ao setor pedagógico, ao setor de gestão pública da educação, fazendo com que a educação se torne prioridade no estado de Santa Catarina. Essa prioridade está relacionada com o futuro da nossa juventude e das nossas crianças.

Na verdade, para isso o governo do estado está investindo nos professores, sendo distribuídos aproximadamente 12.000 *tablets* aos professores. Isso vai fazer com que eles tenham, num curto espaço tempo, um melhor aprendizado para repassar aos seus alunos.

Digo isso porque no município de Canoinhas todos os alunos têm à disposição um computador dentro de sala de aula, o que mostra a evolução da Educação. Nós somos o primeiro município no estado de Santa Catarina a oferecer essa tecnologia.

Temos também a lousa eletrônica, projeto que está sendo desenvolvido com o objetivo de atualizar os professores, para que eles possam orientar os seus alunos da maneira mais correta possível, para que eles possam entrar, através da *internet*, no ensino mundial, competindo com vários países, como os Estados Unidos, e vários continentes como a Europa e a Ásia. Enfim, queremos que os nossos alunos sejam inseridos no mundo do conhecimento que todos precisamos e almejamos.

Temos certeza que esse grande lançamento da Educação, em que serão investidos R\$ 500 milhões, fará com que essa área receba um grande impulso fazendo com que todo o estado seja beneficiado.

Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, também, de me referir aos médicos, já que, como um deles, não posso deixar de falar sobre a regulamentação da profissão do médico.

Os médicos ainda não possuem uma regulamentação da sua profissão, e hoje, assistindo atentamente ao jornal *Bom-Dia Brasil*, vi que foi oferecida, no nordeste do Brasil, no Maranhão, uma vaga de emprego para médico ortopedista, no valor de R\$ 35.000,00, mas ninguém se candidatou.

Ora, com certeza, com esse salário, vão se apresentar vários candidatos, mas a interiorização da medicina não é representada apenas pela figura do médico, mas por toda a estrutura da Saúde pública. Não adianta apenas o médico ir para interior se não houver toda a estrutura, como hospitais e aparelhagem. Por isso, os médicos não vão para o interior. Penso que tudo começa pela regulamentação da profissão do médico.

A maioria dos profissionais já possui a sua profissão regulamentada pelo governo federal e nós não temos isso. Por isso, a moção aprovada nesta Casa, por unanimidade, solicitando a regulamentação da profissão do médico, faz parte, sim, da nossa contribuição como médico para o Congresso Nacional, para que os deputados aprovem, por fim, a PEC que lá tramita.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sr. deputado Antônio Aguiar, srs. deputados, sra. deputada, v.exa. traz um assunto importantíssimo à tribuna desta Casa, que é a Saúde. E quando falamos em Saúde, logicamente, lembramo-nos da figura do médico. E com relação a esse aspecto, os municípios do interior ficam desprotegidos, não pela falta dos profissionais médicos, mas pela falta de estrutura.

Por isso, defendo, deputado Antônio Aguiar, que possamos descentralizar os recursos para os hospitais do interior do estado.

Eu quero citar aqui como exemplo o Hospital São Francisco, em Concórdia, que é administrado pelos camilianos e tem, hoje, deputado Antônio Aguiar, mais de 12 mil planos de saúde. O hospital criou um plano de saúde dele, uma Unimed do hospital, e acaba de instalar um dos mais modernos aparelhos de tomografia de Santa Catarina. Já existem diversos médicos pretendendo trabalhar no Hospital São Francisco, em Concórdia. Se não dermos prioridade a essa questão, nunca vamos ter saúde de qualidade nos pequenos municípios e no interior do estado. Por isso, eu cumprimento v.exa.!

A outra questão que quero abordar é a educação. Se quisermos construir um país de dignidade e justiça... Eu venho, deputado Antônio Aguiar, de uma família de agricultores. Em todas as minhas falas eu costumo dizer que saúde, educação e agricultura são coisas que caminham justas. V.Exas. poderiam perguntar por quê? O que tem a ver agricultura com a saúde e educação? Se não temos alimento, não temos saúde, ensino e conhecimento. E se não dermos saúde, também não vamos ter conhecimento. E é com conhecimento que vamos fazer um país democrático, um país de dignidade.

Tenho que cumprimentar v.exa., mas, especialmente, o governo do estado, o vice-governador e o secretário da Educação, que deram - e espero que isso saia do papel - a oportunidade de que haja na escola uma estrutura invejável,

envolvendo o professor e o aluno, para que nós possamos ter de fato um ensino de primeiro mundo.

O Brasil somente vai ser um país de primeiro mundo quando a nossa educação for uma educação de competência de primeiro mundo.

Parabéns, deputado Antônio Aguiar!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Para encerrar a minha fala, gostaria de concordar com o deputado Ismael dos Santos, que falou das ferrovias. Serão R\$ 91 bilhões para as ferrovias do Brasil. Esperamos, deputado Pedro Uczai, que v.exa. não se esqueça de Canoinhas e Porto União. O trecho de Mafra a Porto União é, sem dúvida, o trecho da ferrovia que representa a nossa história, a história do Contestado. E vai de Porto União até Caçador, passando por municípios importantes do estado de Santa Catarina.

Deputado Pedro Uczai, temos certeza de que v.exa. vai incluir o trecho de Mafra/Porto União/Caçador nessa grande reforma ferroviária, fazendo com que nós, do planalto norte, que temos menos condições de investimento por parte das indústrias, sejamos completados no transporte ferroviário. Eu, como filho de ferroviário, não poderia ter outra posição, a não ser esta de defender a ferrovia do planalto norte.

Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos, pela colocação de v.exa. sobre tão importante tema.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a passagem, nesta Casa, do vice-prefeito de Blumenau, Jovino Cardoso Neto, que esteve em nosso gabinete.

Também comparece a esta sessão o ex-vice-prefeito de Otacílio Costa, o nosso colega Tibúrcio.

Ainda registro a visita neste momento na Casa do colega Marcelo, de Tubarão, que trabalha com o combate e a prevenção às drogas naquele município, e do vereador Joel Geraldino de Almeida, estreante naquela Casa e que também está hasteando essa bandeira no Legislativo de Tubarão.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é bastante interessante e emblemático o assunto levantado pelo deputado Antônio Aguiar, e ele que deve conhecer muito melhor do que eu, inclusive, a questão da falta de médicos.

Há esse grito geral de que há falta de médicos e que a saúde está mal porque os médicos não querem atender pelo SUS. E o deputado Antônio Aguiar, como médico, conhece muito melhor do que eu o problema. Temos outro deputado aqui que também deve conhecer o assunto muito melhor do que nós, o deputado Jailson Lima, que é médico também.

A propósito disso, deputado Antônio Aguiar, estava lendo que a Frente Nacional dos Prefeitos do Brasil lançou campanha intitulada Cadê o Médico. Essa campanha foi lançada em Brasília, quando houve a reunião dos novos prefeitos, enfim, uma reunião globalizada, em nível nacional, de todos os prefeitos recém-eleitos etc.

Nessa campanha o objetivo é sensibilizar o governo federal para que fossem tomadas as medidas cabíveis imediatas, que permitiriam a contratação de médicos formados no exterior para atuação específica no Programa Saúde da Família.

A reivindicação do prefeitos é real, urgente, e durante o encontro nacional dos novos prefeitos e prefeitas, realizado em Brasília, promoveu-se um abaixo-assinado. Em apenas três dias o movimento alcançou 4.600 assinaturas e conseguiu a adesão de dezenas de entidades municipalistas de todo o país. Mais de 2.500 prefeitos assinaram o

documento entregue ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

No entendimento deles os médicos devem vir de fora os médicos para resolver o problema do nosso país. Dizem mais ainda, que eles defendem a seleção, a contratação e o pagamento desses profissionais pelo governo federal.

As contratações seriam por tempo determinado de médicos designados para atuar especificamente nos municípios que apresentam as maiores carências de profissionais e infraestrutura já instalada.

Agora vem o outro caso. O número de egressos da faculdade de Medicina também, segundo o entendimento deles, não é suficiente para suprir as necessidades brasileiras. Entre 2009 e 2010 foram criadas mais de 19 mil vagas de primeiro emprego para médico, e neste período graduaram-se 13 mil médicos. Com a procura e maior oferta cada estudante sai da faculdade com a oferta de um emprego e meio e deixa de ir para lugares onde existe real necessidade.

Em contrapartida, vejo aqui também escrito uma coluna pelo dr. Roberto Luiz d'Ávila, presidente do Conselho Federal de Medicina, que diz que não são contra a medida de trazer médicos de fora, desde que os portadores de diplomas obtidos no exterior sejam submetidos ao Revalida que v.exa. deve conhecer muito bem - essa seria a solução -, para garantir o ingresso no país de profissionais minimamente preparados para atender à nossa população. Haja vista que este exame mede, com a mesma régua, o candidato formado na América Latina, na Ásia ou na Europa. E entra aquele que tiver bom desempenho.

Esse Revalida é tipo aquele exame da OAB, é um exame que é feito para os médicos para aquilatar a qualidade dos médicos, porque a ideia de trazer médico de fora não passa pela avaliação das condições desses médicos.

Como presidente do Conselho Nacional de Medicina ele defende que venham, desde que passem pelo teste de avaliação. Se estiver bem avaliado e for um excelente profissional, pode trabalhar, não

tem problema. Esse é o entendimento do Conselho Nacional de Medicina.

Se aqui temos dificuldades de enquadrar essas escolas e exigir mais dos egressos da sala de aula em outros lugares, ações desse tipo são impossíveis, segundo as suas palavras.

Mas concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar, que conhece o assunto melhor do que eu.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Só para completar, deputado Nilson Gonçalves, se não dão condições do trabalho médico no interior para os brasileiros, para os estrangeiros que querem vir trabalhar aqui existe o mesmo problema, ou seja, eles não vão para o interior porque não há condições de trabalho.

Então, quem coloca isso está pensando de maneira equivocada. Temos que dar condições ao médico para trabalhar no interior. Não adianta só o médico ir para lá. E essa é uma política de saúde pública do governo federal que tem que ser implantada.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pelo que vi aqui, deputado Antonio Aguiar, é um assunto bastante palpitante, interessante.

As contratações seriam por tempo determinado, e os médicos vindos de fora seriam designados para atuar especificamente nos municípios que apresentam as maiores carências em profissionais e infraestrutura já instalada. Quer dizer, eles viriam de forma específica para trabalhar nesses lugares e por tempo determinado.

O que o senhor pensa disso como médico?

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Está totalmente errado, deputado Nilson Gonçalves!

Veja o seguinte: eu, como ortopedista, contratam-me e chego lá não tem uma pinça, não tem um aparelho de raios x, não tem hospital, não tem infraestrutura. O que vou fazer lá no interior?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É verdade!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Então, a maneira que vemos é criar alta complexidade no interior para fazer com que as capitais e os grandes centros desafoguem. Por isso, essa alta complexidade que estamos pedindo ao secretário

Dalmo Claro de Oliveira para que seja instalada em Canoinhas Traumatologia/Ortopedia para ajudar e desafogar Joinville.

É isso que temos que fazer: levar alta complexidade para o interior. Essa é a solução, deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É verdade!

Deputado Antônio Aguiar, o ministro da Educação está com a idéia fixa de criar inúmeras faculdades de Medicina. Se isso acontecer, novamente vai-se cometer um grande equívoco.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Com certeza.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu não entendo do assunto, mas o dr. Roberto Luiz D'Ávila, presidente do Conselho Nacional de Medicina, acha que isso é um dos absurdos que se possa cometer em nosso país, ou seja, criar mais faculdades de Medicina. Seria o mais certo fiscalizar melhor as que já existem. Essa é a verdade!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Verdade! V.Exa. está com o raciocínio perfeito, por quê? Porque temos que criar hoje médicos com especialidades.

Acho que a nossa saúde precisa, sim, ser reavaliada pelo governo federal.

Aumente a tabela do SUS, sr. ministro, pois estamos cansados de pedir a revisão da tabela do SUS. É o início, o primeiro passo.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Só para encerrar, deputado, quanto que um médico ganha em uma consulta do SUS?

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - R\$ 5,00. Uma psicóloga ganha R\$ 2,50.

Então, realmente temos que iniciar levando em conta a promessa da presidente Dilma Rousseff de fazer com que a tabela do SUS seja reavaliada.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nesses dois anos de mandato como deputado estadual tenho trazido a esta tribuna por diversas vezes temas relacionados à Educação de Santa Catarina visando a contribuir para que possamos ter em nosso estado uma educação de qualidade.

Agora estamos iniciando novamente o ano letivo e, lamentavelmente, centenas de alunos da rede estadual não estão, inclusive, indo à escola. Não estão estudando não pela falta de matrícula, mas porque as escolas estão em situação precária que até o próprio Ministério Público houve por bem fazer intervenções nesse sentido.

Cito como exemplo, na semana passada, o caso do Ministério Público de Santa Catarina que ajuizou ação civil pública com pedido de liminar para determinar ao estado a reforma urgente de nove escolas estaduais de Joinville, que atendem a mais de cinco mil alunos.

Se as escolas estão em situação precária é porque houve descaso. Se uma escola precisa de reforma, então que se faça com urgência antes que aconteça alguma tragédia.

Conforme a ação do Ministério Público, grande parte dos problemas dessas escolas poderiam ser resolvidos com simples ações. Porém, mesmo ciente dos problemas, o estado não tomou nenhuma medida concreta para realizar as reformas necessárias.

Não podemos mais iniciar o ano letivo com escolas interditadas, com alunos precisando estudar em salas improvisadas ou ginásios de esporte. Isso é vergonhoso para um estado que tem um dos melhores desempenhos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Ontem, foi lançado pelo governo do estado o Pacto pela Educação. O investimento prometido pelo estado será de R\$ 500 milhões, com recursos do Ministério da Educação (MEC) e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Nos editais publicados está incluído a revitalização da infraestrutura escolar, a

construção de 30 novas escolas e quadras poliesportivas, o aparelhamento e a segurança das unidades.

Não posso deixar de citar o descontentamento do Sindicato dos Trabalhadores em Educação diante do pacto, tendo em vista que a classe não foi chamada para discutir a forma de aplicação desses recursos. Cito um trecho do manifesto do sindicato, o qual foi encaminhado ao governador.

"Os trabalhadores da Educação vêm a público manifestar sua indignação diante do lançamento do Pacto Pela Educação que está sendo proposto pelo Governo do Estado. Se é pacto, pacto com quem? Quais os acordos, as negociações feitas, os consensos estabelecidos com os educadores, com a comunidade escolar que justificariam chamar a esta ação de governo de pacto?"

Em outro trecho os professores citam também que o problema da reforma nas escolas se arrasta por anos e que são fundamentais ações imediatas e emergenciais para socorrer a Educação catarinense.

Esperamos que esses recursos, realmente, melhorem a estrutura da Educação. Sendo assim, mais uma vez reafirmo a necessidade de aumentar o percentual destinado à Educação em Santa Catarina.

No início de 2011 protocolei nesta Casa a PEC 001.0/2011 que eleva de 25% para 30% o percentual destinado à Educação. E faço um apelo aos deputados para que o trâmite da PEC seja feito de uma forma mais ágil para que possamos resolver os impasses na área da Educação em Santa Catarina.

Espero, sinceramente, que no início do ano letivo de 2014 possamos vir a esta tribuna elogiar as ações voltadas para a Educação catarinense com as escolas revitalizadas e nenhum estudante tendo que estudar em salas improvisadas por falta de manutenção. E em relação ao Magistério, com salários e plano de carreira dentro do sonhado e merecido pela categoria, que há anos reivindica a aplicação do piso nacional na carreira do Magistério, com o achatamento atualmente praticado.

Sr. presidente e srs. deputados, o nosso desejo da melhoria da educação passa também pelo

desejo do aumento dos recursos e que a educação seja efetivamente tratada como prioridade neste estado.

Um segundo assunto que gostaria de abordar é no sentido de reforçar aquilo que já dissemos na semana passada, nesta tribuna, e hoje mesmo nesta sessão alguns deputados abordaram, com relação ao famigerado decreto que criou um adicional de 5% do ICMS em Santa Catarina. No caso das empresas optantes do Simples Nacional, como já dissemos, trata-se de uma verdadeira elevação de carga tributária, sim, que vem na contramão de todo um esforço nacional que está sendo feito de redução de tributos. Cito como exemplo o caso da energia elétrica, que foi um esforço da nossa presidente, enfrentando inclusive algumas companhias estaduais que resistiam em fazer a baixa da energia elétrica. E a presidente conseguiu fazer esse encaminhamento, e o estado estaria tomando uma medida que está na contramão desses encaminhamentos.

Por isso, esperamos uma revisão. Sabemos que deram resultado já essas manifestações, pois o governo divulgou e comprometeu-se a receber os representantes dessa área no dia 26 de fevereiro. E amanhã haverá uma grande movimentação aqui no estado, de lideranças ligadas ao comércio de Santa Catarina, da federação e das entidades empresariais, em manifestação contra esse decreto.

Então, esperamos que o governo sequer esperasse a reunião do dia 26 e promovesse a sustação desse decreto, porque há uma movimentação inclusive desta Assembleia nesse sentido. E a nossa bancada também está articulando ação e medidas legislativas nesse sentido. Assim, temos que buscar afinar na linha que se está tentando levar em nível nacional, que é do não aumento de carga tributária, já que sabemos que os impostos são necessários, sim, mas que não contempla mais, não tem mais condições de a sociedade brasileira e catarinense arcar com novos encargos e tributos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, desejo fazer um breve comentário a respeito dessa questão tributária que está envolvendo o estado de Santa Catarina e por outro lado os benefícios entre aspas que o governo federal concede. Mas é um assunto que devo me pronunciar no decorrer desta semana ainda, ou provavelmente na semana que vem, até porque estou buscando mais informações.

O fato é que o sistema tributário no Brasil tem sido polêmico nos últimos anos, principalmente da década de 90 para cá, pois apenas vem aumentando a carga tributária não só para as empresas, indústria e comércio como também para a população. Portanto, é um assunto que merece um estudo mais profundo, uma reflexão.

O que quero registrar no dia de hoje é que o próprio governo federal de fato, deputado Neodi Saretta, reduziu alguns impostos. Agora, não concordo apenas em reduzir os impostos, mas ao mesmo tempo não deve retirar aquilo que pertence aos municípios e estados, porque na medida em que - e isso vale não só para o governo federal, vale para o governo do estado também - se dá uma isenção por um período, como é o caso da linha branca, de automóveis, mas retira, ou seja, continua fazendo essa isenção por inteiro, não destinando aquilo que é de direito dos municípios e estados, no caso do FPE e FPM, está na verdade utilizando ou fazendo uma isenção com aquilo que é de direito dos municípios e dos estados, até pela Constituição Federal.

O assunto, sr. presidente, é por conta de um pronunciamento que fiz na semana passada nesta tribuna, no que diz respeito à proposta de alteração no município de Porto União nos telefones.

Quero deixar muito claro o que está acontecendo para eu não ser mal interpretado e podendo até ser utilizado pelos usuários como um objeto de, em vez de colaborar, prejudicar. Não é esse o caso. O fato é que hoje na cidade de Porto União o DDD é 42, que também pertence ao estado do Paraná, no município de União da Vitória.

Portanto, entre essas duas cidades não há interurbano. Ressaltando que um distrito de Porto União já tem o código 47, portanto, dentro do município de Porto União, aqueles que se utilizam, para fazer uma ligação, do 47, com o 42 obviamente estão pagando interurbano.

Isso tem sido muito polêmico há muito tempo. E a intenção da Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações, que está lá em Brasília, que toma essas decisões porque é a agência reguladora do sistema de telefonia, tem a intenção de alterar o código 42 para 49.

Deputado Sargento Amauri Soares, se acontecer essa alteração do código 42 para 49, obviamente que vai haver ligações interurbanas de Porto União a União da Vitória, que praticamente são uma única cidade. Mais do que isso, além de alterar o custo para os usuários para as ligações interurbanas, o mais grave ainda é que devem ser alterados os números dos telefones. E isso envolve um conjunto de alterações, desde placas de publicidade para o comércio, para indústria, desde emissões de documentos que são feitos, enviados, para não considerar outros fatores que vêm no conjunto dessa alteração.

O que quero deixar muito claro é que, tomando conhecimento da intenção da Anatel de alterar o código DDD de 042 para 049, tomei a iniciativa de comunicar e até por conta disso fiz uma indicação a esta Casa, a ser encaminhada à Agência Nacional de Telecomunicações, para que em vez de transformar ao código 049, então que faça o 047,

porque daí o prejuízo será menor. Já vai haver ligações interurbanas de União da Vitória com Porto União. Portanto, deputado Nilson Gonçalves, o prejuízo será menor para o usuário, porque as ligações interurbanas serão menores e ao mesmo tempo não vai precisar fazer toda essa alteração do telefone e de todo o conjunto de envolvimento que tem, como eu disse, de placas de publicidade e assim por diante.

O que estou fazendo é ajudando toda a população de Porto União, uma vez que há essa intenção da Anatel de modificar, alterar o código DDD de 042 para DDD 049. E se for isso, passando para 049, repito, o prejuízo será maior se passar para o código DDD 047, e quero que isso fique muito claro. Portanto, o meu objetivo, a minha intenção, é colaborar para que a população tenha um prejuízo menor do que fazer essa transformação para o DDD 049.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital esta sessão nesta tarde de terça-feira, quero inclusive na condição de deputado de Oposição, é bom frisar, deputado Silvio Dreveck, parabenizar as autoridades do governo do estado e as autoridades federais que estão agindo em Santa Catarina ou em nome do governo federal nas ações em dar um combate mais efetivo à violência que estava ou está se tornando generalizada em nosso estado.

Da metade da semana passada para cá houve mudanças substanciais de procedimentos, na postura das autoridades nessa relação, inclusive com a presença do ministro da Justiça.

Eu não sei ainda se é suficiente e evidentemente não sei qual o conjunto inteiro de operações e dinâmicas que estão sendo desenvolvidas, porque é correto que isso seja mantido até quando possível e legal dentro do sigilo necessário, até por se tratar de uma operação. E naturalmente que uma informação prévia colocaria em alerta justamente os que precisam ser combatidos.

Quero repetir que as divergências entre os diversos partidos que compõem o governo não podem e não devem engessar a possibilidade de operação das instituições de segurança. E esse é um elemento importante.

É preciso que as instituições do Poder Executivo ajam com uniformidade. E a partir disso, que o Poder Executivo, na pessoa do governador, articule-se com os outros Poderes do estado, incluindo este Poder Legislativo, mas especialmente o Ministério Público e Tribunal de Justiça ou Poder Judiciário, para que exista uma uniformidade de procedimento, que se deixe de desperdiçar o potencial humano que se tem, em termos de policiais e agentes de segurança, para que a ação possa ser efetivamente resolutiva de problemas. Então, que possa apresentar uma uniformidade que garanta a segurança a todos da sociedade e que faça perceber à criminalidade que o estado está preparado para o combate que for necessário.

Evidentemente que quando a situação estiver mais ou menos sob controle é preciso que se volte a avaliar as falhas históricas do estado, as insuficiências de recursos, talvez a insuficiência da política correta ou, melhor dizendo, a pauta de política correta na área da Segurança Pública, e não é só na área da Segurança Pública, porque quando estoura na Segurança Pública já é consequência de problemas estruturais e sociais mais profundos.

Dos últimos ataques, por exemplo, tivemos atentados a tiros no Destacamento da Polícia Militar de Água Doce e também na Delegacia de

Polícia Civil. Lá em Água Doce, deputado Romildo Titon! Em Água Doce!

Para nós da comissão de Segurança Pública não é nenhuma novidade o que está acontecendo em Água Doce, porque há dois anos se debate nesta Assembleia Legislativa, através da comissão de Segurança Pública, e se encaminha às autoridades do Poder Executivo e às suas instituições, todas elas, e o deputado Maurício Eskudlark é prova disso...

A comissão de Segurança Pública, inclusive, no ano passado, fez novamente o relatório sobre a situação de segurança no estado e se viu que havia lá um capítulo sobre Água Doce, o que se tem constituído no buraco negro da falta de segurança entre os estados de Santa Catarina e do Paraná

O entroncamento da BR-153 com rodovias estaduais e o transporte de entorpecentes e armas para dentro do estado de Santa Catarina ou para o norte, em direção ao Paraná, ou para o sul, em direção ao Rio Grande do Sul, estacionando em Água Doce, com 100 km de rodovia federal da BR-153 sem sinal de celular, é um lugar seguro para a criminalidade dos três estados.

As autoridades do Poder Executivo, das instituições de segurança já sabiam disso, já tinham sido informadas há três anos pela Assembleia Legislativa.

Essa questão de Água Doce é uma das questões, mas se tem falado aqui há muito tempo do desestímulo e do estresse dos servidores da Segurança Pública, que leva à situação de descontrole, talvez pelo excesso, pela omissão, que permite também à marginalidade um espaço de atuação.

Então, precisamos debater a esse respeito e esperamos que tudo chegue o mais rapidamente à normalidade, para fazer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Dentro do horário reservado ainda aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSD que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0013/2013, de autoria da deputada Dirce Heidercheidt; 0014/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0015/2013, 0016/2013, 0017/2013 e 0023/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0018/2013, de autoria do deputado Mauro da Nadal; 0019/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0020/2013 e 0025/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0021/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0022/2013, de autoria do deputado Valmir Comin; 0024/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0041/2013 e 0042/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0043/2013 e 0044/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0045/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0046/2013 e 0047/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0048/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Discussão e votação do Pedido de Informação n. 0002/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem aos secretários da Educação, da Fazenda e de Turismo, Cultura e Esporte, pedindo informações sobre a destinação de recursos financeiros por parte do governo do estado ou do Fundo Social ao Instituto Dual de Educação de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que acompanha esta sessão pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de destacar um trabalho que a comissão de Educação, Cultura e Desporto vem realizando desde o ano passado, a partir de um requerimento de nossa autoria, que solicitou a fiscalização nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

A situação precária das escolas estaduais foi muito comentada nos últimos dias, no início do ano letivo, mas gostaria não apenas de destacar o trabalho da comissão de Educação, Cultura e Desporto como mostrar algumas fotos das 65 escolas que foram visitadas em todo o estado de Santa Catarina, em todas as regiões.

Gostaria de dizer que, como professora e deputada, fiquei ainda mais preocupada com a situação encontrada.

(Exibindo *slides*.)

A maioria das escolas visitadas apresentaram vários problemas elétricos e por conta do que aconteceu em Santa Maria ficamos observando as fotos e vimos muitos extintores vencidos, ausência de hidrantes, inclusive, em algumas situações, a caixa do equipamento do Corpo de Bombeiros lacrada.

Outras escolas apresentaram problemas no telhado, no forro, com tetos caindo, forros desabando, problemas estruturais, comprometimento de vigas.

A Escola Educação Básica Lara Ribas está sendo totalmente reconstruída.

Mais da metade das escolas apresentaram o problema de fiação exposta, tomadas abertas, sem nenhuma condição de segurança, porque qualquer criança pode colocar a mão nos fios e levar um choque, já que hoje as turmas são de 30 alunos e apenas um professor.

Há escolas com paredes caindo.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto possui todas essas fotos coloridas, que demonstram a situação extremamente triste, eu diria, e precária das escolas estaduais. Isso sem falar que muitas escolas não possuem refeitório adequado, salas e ventilação. Há em várias escolas muitas goteiras que em contato com a eletricidade podem causar sérios danos. Em muitos colégios as quadras de esporte estão deterioradas e sem nenhuma condição de as crianças jogarem futebol ou praticar qualquer outro esporte.

Então, esse relatório foi produzido pela comissão de Educação, Cultura e Desporto, num trabalho belíssimo da equipe que esteve visitando 65 escolas, destas, 14 no oeste, 18 no norte, 11 no sul e outras no planalto norte, região de Curitiba, Guarapiranga, Lebon Régis e Monte Carlo.

Todos esses problemas de infiltração, pisos soltos, pregos à mostra, rachaduras, banheiros com azulejos caindo, goteiras, problemas na parte elétrica, forro quebrado, mobília quebrada, falta de segurança ao redor da escola, mato tomando conta, salas com pouca ventilação, nos fez chegar à seguinte conclusão: das 65 escolas visitadas, 30 apresentaram problemas na rede elétrica, 32 estão com parte do telhado desabando, 20 apresentam rachaduras, 34, infiltrações e 20 pedem reformas gerais.

Esse trabalho foi feito de setembro até agora. Nós vamos encaminhar ao Ministério Público para que acompanhe e de fato fiscalize a execução das obras nessas escolas.

Mas o mais lamentável é que não paramos de receber *e-mails* de alunos e professores enviando fotos e pedidos de visitas a outras escolas. Isso mostra que esse trabalho iniciado no ano passado terá que ser um trabalho permanente da comissão de Educação e também nosso.

Portanto, quero prestar contas desse nosso trabalho e dizer do grande desafio que se desenha com relação à infraestrutura das escolas.

Mas quero também chamar a atenção nesta tribuna do anúncio que foi feito dos R\$ 500

milhões para a educação. E quero dizer que sempre que são anunciados recursos à educação, nós comemoramos. Mas é importante dizer que eles são muito pequenos diante do grande e grave problema da Educação em Santa Catarina. Eu diria que somente na parte da infraestrutura o estado deixou de investir em manutenção e reforma dessas escolas nas últimas décadas, no mínimo nos últimos 20 anos. Aquilo que foi anunciado como positivo, na verdade acaba sendo bastante pequeno diante do grande desafio.

Quero chamar a atenção de algumas situações aqui. Foram anunciadas pelo governo 52 quadras e coberturas, mas temos 1.100 escolas estaduais. Portanto, 52 quadras e coberturas é muito pouco diante da gravidade do problema.

Temos também anunciado um concurso para professores, sendo que 1.661 professores efetivos vão assumir as vagas. Mas temos 12 mil ACTs - Admitidos em Caráter Temporário. Portanto, é muito pequeno, chega a ser em torno de 15% apenas as vagas de professores contratados até o final do ano que vem.

Então, eu diria que é muito tímido esse programa para o desafio que se desenha na educação de Santa Catarina.

Com relação à valorização do Magistério, precisamos fazer o debate de frente. O governo de Santa Catarina apenas garante o pagamento do piso e não garante o pagamento da carreira. O governo tem uma dívida com os educadores, resultado de um acordo de greve do ano passado em que no ano passado, em 2012, ficou devendo aos educadores 14% no mínimo na carreira do professor. Somado a mais 7.97% deste ano, temos uma dívida de 21.97% que ainda se soma aos educadores.

Portanto, não vamos dizer que os educadores agora vão ter de 8 a 15%, pois diante dos 22% de janeiro do ano passado, nós temos uma conta muito grande a ser paga. E um detalhe: não dá para imaginar que um professor que inicia a carreira com o magistério ou com licenciatura plena vá ficar 20 anos dedicando toda a sua carreira funcional ao magistério catarinense - e além do

que, nesses 20 anos, fazer cursos de especialização - mestrado e doutorado -, e chegue ao final da sua carreira ganhando praticamente a mesma coisa do que ele ganhava há 20 anos.

Nesse sentido é que eu chamo a atenção para o debate do piso. Não estamos falando de piso e de teto como se fosse a mesma coisa. Piso é uma coisa, teto é outra. Início de carreira é uma coisa, final de carreira é outra.

Então, gostaria de fazer um pedido para que o governo do estado tenha carinho pelos educadores, pois eles merecem. Tratar da carreira do magistério significa tratar de um piso e de uma carreira. Esse é o grande desafio que se desenha.

Também gostaríamos de fazer um pedido ao governo do estado: não vamos confundir gestão democrática com eleição de diretores. Para uma escola ser democrática não basta que os seus diretores sejam eleitos apenas. Tem que ter eleição, mas tem que ter recurso para manter esta escola, tem que ter comunidade participando. Então, nós queremos gestão democrática na rede estadual.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero hoje dar uma saudação muito especial a muitos prefeitos, vereadores, lideranças de diversos municípios de Santa Catarina, que vêm a esta Casa acompanhar os trabalhos legislativos e também trazer aqui inúmeros pleitos que poderão melhorar a sua cidade.

Cumprimento de forma especial o amigo e companheiro de muito tempo, Ivan Dutra, lá de Mafra. Saudamos o prefeito Antônio Onorato, de Pescaria Brava, o primeiro prefeito eleito daquela cidade, um município recém-criado. E assim como ele a grande maioria dos prefeitos, alguns que se reelegeram, outros que estão no primeiro mandato,

estão, neste momento, multiplicando os seus conhecimentos, os seus relacionamentos, os seus contatos, justamente para fazer um mandato de destaque na sua cidade. E que a soma disso faça melhorar todos os municípios, os seus municípios, tendo assim um conjunto de mudanças que acontecem então em todo o estado de Santa Catarina.

Hoje a bancada do PSDB, do meu PSDB, sob a coordenação do nosso grande líder, o Dóia, recebeu a visita, entre outros, do professor Eduardo Deschamps, secretário da Educação. E em nome dele quero saudar toda a equipe de administração da secretaria, os diretores das mais de 1.300 escolas estaduais, os assistentes de direção, os assistentes técnicos, uma legião de professores. E graças ao empenho deles podemos colocar Santa Catarina em destaque na educação; graças ao empenho desses professores abnegados, homens e mulheres que junto com a família, com o pai e a mãe, vêm aqui complementar a educação tão importante para as pessoas, tão importante para cada aluno que vai à nossa escola.

Então, hoje, nesse período em que se iniciam as aulas em todo o estado, quero cumprimentar em nome do secretário da Educação toda essa legião de colaboradores que fazem a educação no estado de Santa Catarina.

O professor Eduardo Deschamps trazia a este encontro detalhes, destaques sobre o Pacto da Educação, o PAC da Educação, justamente um conjunto de obras, um grande número de obras, seja com recursos da própria Educação, seja com recursos emprestados do sistema financeiro, justamente para somar, para aplicar na Educação e melhorar toda a estrutura física do sistema educacional.

Paralelamente a isso, talvez o mais importante do que esse conjunto de reformas, também anunciava o encaminhamento do projeto que está vindo a esta Casa, agora aportando aqui, na Mesa Diretora. Refiro-me ao projeto de lei que faz a adequação de reajuste dos professores, atendendo à lei federal, atendendo à lei estadual, atendendo ao movimento que fizeram. Enfim, atendendo parte

evidentemente dos anseios de todos os colaboradores da Educação, aos quais quero dizer que tenham certeza de que todos nós, a começar pelo governador Raimundo Colombo que está encaminhando o projeto, não ocultaremos o nosso apoio, justamente para dar agilidade, além de uma melhoria de condições do trabalho, através do Pacto da Educação pela melhoria das escolas, mas mais do que isso para também dar a eles uma condição melhor de trabalho e melhoria salarial, que é uma reivindicação antiga de todos os professores.

Então, podem srs. professores e sras. professoras, estarem cientes do apoio desta Casa, particularmente desta bancada do PSDB, do nosso secretário da Educação, a quem damos todo o apoio para aplicar os seus projetos, como também os nossos projetos estão, sim, incluídos no que se refere à valorização do nosso professor e naturalmente, sem dúvida, pela valorização do salário.

Quero, ainda, dizer que o secretário dará um tratamento diferenciado às obras relacionadas à educação e a outras obras, para dar agilidade, mas hoje infelizmente, muitas vezes, a burocracia emperra e atrapalha a rápida execução de algumas obras, especialmente as emergenciais.

Temos mais de mil colégios estaduais, temos mais de 30, 40, 50 escolas que precisam de alguma ação emergencial, e essas ações emergenciais naturalmente ficam à mercê da burocracia, impedindo ou demorando sua execução, deixando as crianças muitas vezes estudando num pátio ou estudando numa sala, estudando numa igreja, enfim, em algum suporte social, para não faltarem às aulas, sujeitando-se assim a uma condição ruim, paralelamente à demora da execução daquela escola por conta da parte burocrática.

Por isso, nesses mais de 50 colégios, seguramente por pedido do governador, por decreto do governador, estará sendo aplicado um tratamento diferenciado justamente para que essas obras emperradas em normas burocráticas, que na prática significa a demora do início e o complemento da

execução, possam ser agilizadas, para atender à necessidade dessas 40, 50 escolas que precisam de alguma reforma, de alguma ampliação, de alguma melhoria para atender à demanda da educação, também da saúde, da segurança, enfim, em tantas áreas sociais, mas a educação é um do tripé importante, justamente para não perder a oportunidade de que essas crianças tenham educação.

Por isso, os nossos especiais cumprimentos a todos os professores. Os nossos especiais cumprimentos a todos os diretores, a todos os assessores.

Contem conosco, porque o trabalho de cada professor, o empenho de cada um vai significar um resultado em poucos anos na melhoria da educação como um todo, na qualidade de vida de muitas pessoas, especificamente dos alunos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo deputados inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.